

## do exercício da advocacia

▶ **indispensabilidade do advogado:** de acordo com o art. 133 CF, o advogado é indispensável à administração da justiça.

**ART. 2º EOAB**

→ no seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social e que seus atos constituem um múnus público no processo judicial, razão pela qual, no exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei.

↳ o múnus público é o encargo do qual o profissional não pode fugir.

O advogado não pode se esquivar do seu dever de promover o acesso à justiça.

▶ **Advocacia pública e privada:** A advocacia pública está prevista no art. 3º do EOAB, portanto, os advogados que não constam no § 3º, serão advogados empregados, associados ou profissionais liberais autônomos.

**importante**

→ Procurador da Justiça, Procurador da República e Procurador do Trabalho são membros do MP, no âmbito estadual, federal e do trabalho.

▶ **Atos privativos do advogado:** os atos privativos estão previstos no art. 4º do EOAB, e o inciso I trata da postulação a órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais.

### exceções:

- não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

- nos Juizados Especiais cíveis, até o limite de 20 salários mínimos. Não se aplica na fase recursal.

- nos Juizados federais e da Fazenda Pública é facultativa a assistência de advogado.

- na Justiça do Trabalho, tanto nas Varas do Trabalho quanto nos TRTs. Não alcança a ação rescisória, ação cautelar, mandado de segurança e recursos p/ o TST.



- Justiça de Paz, pois o juiz de paz não exerce a função jurisdicional.

- propositura de ação de alimentos de acordo com o art. 2º da lei nº 6.478/68, que possibilita ao credor de alimentos demandar judicialmente contra o devedor.

- na revisão penal, nos termos do CPP, art. <sup>623</sup>~~203~~. A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

**importante**

→ os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro nos órgãos competentes, quando visados por advogados.